

**EDITORIAL****SOBRE AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS, TRANSFORMAÇÕES E SEUS MÚLTIPLOS DESDOBRAMENTOS**

O ano de 2016 foi marcado por transformações profundas, oriundas de dinâmicas que se desenharam, pelo menos, nos últimos 20 anos e que, de certo modo, estão interligadas em múltiplas escalas. Essas dinâmicas acabam por revelar uma teia, ainda em desdobramento, que irá redefinir o papel político, cultural e econômico de diferentes lugares.

A exemplo, a retomada de governos neoliberais na América Latina – seja na forma de eleições diretas ou por um “golpe-constitucional-judicial” (diria assim Boaventura de Souza Santos) como aquele realizado no Brasil – mas também no Paraguai e em Honduras - não podem ser vistos isoladamente ou simplesmente como querelas da vida política destes Estados. Deve-se ter clareza que há uma imbricação de interesses que ao fragilizar “frágeis democracias” imputam uma nova plataforma de desenvolvimento que tem no território sua base de (re)produção.

No caso brasileiro, a construção destas novas dinâmicas está imbuída no emaranhado da vida política nacional recheado de contradições. Fato percebido pela mídia internacional que destaca em seus comentários que deputados e senadores “fichas sujas” e que respondem a inúmeros processos por corrupção, como o caso do ex-presidente da câmara dos deputados e hoje réu da operação Lava-Jato, Eduardo Cunha, julgavam a presidente Dilma Rousseff sem uma clareza do crime cometido. Ainda, cabe destacar o grande interesse do capital internacional no desmonte da Petrobrás e de suas subsidiárias além do terrorismo econômico que não cessa. Juntamente com a emergência deste novo cenário de “golpe-jurídico-constitucional” são construídas novas formas de erodir direitos conquistados e lapidados mecanismos

para liquidar de vez com aqueles que já funcionam de forma precária. A reforma da previdência, a venda implícita de empresas ligadas a Petrobrás, a concessão de verbas para empresas de publicidades em tempos cortes orçamentários e de investimentos nas áreas basilares como educação e saúde sem repensar as formas do pagamento da dívida pública (traduzida pela PEC 241/ ou PEC 55) são só algumas das repercussões que urgem em tempos de adequação – ou retrocessos.

Diante dos fatos, se torna evidente que há uma reestruturação em curso cujo o cotidiano e os direitos estão em jogo. Como diria Edward Soja, a reestruturação não se revela apenas com uma simples ruptura, mas uma readequação, uma ressignificação, uma (des)continuidade uma construção de uma ordem-desordem que manifesta claramente os interesses nesse novo processo de acumulação, que para David Harvey se mostra em sua forma mais perversa – a forma da espoliação e toma o território e os direitos e a soberania de assalto.

Neste sentido, o território pode ser uma categoria relevante para evidenciar os processos que parecem singulares, mas estão dilatados e se espraiam em diferentes partes do globo. Perceber as dinâmicas que tecem o território é demonstrar como as relações de poder estão permeando as dinâmicas que compõem a micro e a macro escala. As novas dinâmicas – sobre o signo da reestruturação – não refletem apenas uma nova composição política, ou uma nova forma de produzir, mas sim revela as novas formas de apropriação do território, onde a população, a forma urbana, o trabalho e a natureza são expropriados.

Neste enredo, o número 11 da **Revista Recôncavo**, vem apresentar o dossiê *“Novas Dinâmicas Territoriais na Baixada Fluminense – Sociedade, Política, Economia e Meio Ambiente”*, que é composto por nove artigos que trazem a temática do território e da reestruturação tomando a escala regional como um ponto de partida para entender as transformações que se desencadeiam numa porção do Estado do Rio de Janeiro - a Baixada Fluminense – mas estão associados a processos mais amplos de dinâmicas e tendências de dimensão nacional e global. Trazer à tona estudos recentes sobre a Baixada Fluminense e suas novas dinâmicas esboça-se como uma oportunidade dupla. A primeira é apresentar que há mais questões de pesquisa do que a simplificação de entendê-la como uma periferia metropolitana marcada pela lógica homogeneizadora de sua representação hegemônica – aquela ligada a violência,

miséria e pobreza -refletindo a renovação dos estudos regionais. A segunda é evidenciar que tendências que caracterizam novas formas de acumulação e produção, formatação política, requalificação urbana, impactos ambientais estudos e estratégias territoriais estão relacionadas em outras escalas com processos mais gerais. Assim, falar de novas dinâmicas na Baixada Fluminense não deixa de pensar o Brasil e o mundo.

Na composição de artigos do dossiê, André Santos Rocha apresenta como a construção da história política do território da Baixada Fluminense é agenciada por políticos profissionais que transformam suas bases em verdadeiros territórios eleitorais. O autor destaca o papel estratégico que teve essa área na trajetória Lindberg Farias como suporte e recurso eleitoral para sua caminhada ao Senado no ano de 2010, uma vez que a região hoje representa cerca de 34% do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro. A partir da noção de “campo de poder” de Pierre Bourdieu demonstra-se como parte de uma geografia regional-local expressa tendências estratégicas no campo político brasileiro que não cessa de fundar seus territórios políticos tendendo a relacionar seu “prestígio” como capital específico para delimitar sua territorialidade, não muitas vezes aparente.

Indo para além das aparências, o texto de Denise Alcântara, apresenta a importância de pensarmos a Paisagem geográfica do Capital para ver a paisagem para além de sua forma. Ao tratar questões sobre a dimensão morfológica da paisagem que estrutura uma nova dinâmica territorial em torno da Baixada de Sepetiba – que inclui o município de Seropédica -, a autora destaca que “o planejamento deve preceder ao desenvolvimento”, todavia no contexto em que transformações demográficas e econômicas que avançam sobre o território, se tornar urgente repensar o papel da participação social na construção das políticas na escala municipal. Por isso a construção de mapas a partir da “*cartografia social*” é sinalizada pela autora como um mecanismo para o planejamento territorial participativo.

No transcurso das mudanças que tomam a reestruturação como fio condutor, Guilherme Mapelli, faz uso da noção de “reestruturação-territorial-produtiva” para analisar a recente ordem-desordem da construção do grande capital em Itaguaí. De um lado o crescimento econômico deste município está alinhado a políticas desenvolvimentistas engendrada desde 2003, mas também produto de lógicas do

capital privado que percebem as oportunidades e antecipam investimentos tomando como cabo o potencial logístico do município. Por isso para além de uma cidade porto, investimentos imobiliários, o capital industrial e impactos socioambientais fazem parte deste processo de reestruturação.

A lógica desenvolvimentista, em especial da escala metropolitana, alimenta ainda mais as questões dos riscos e vulnerabilidades ambientais. Neste sentido, o texto Heitor Soares de Farias, traz importantes contribuições ao analisar a escala metropolitana pela lógica da poluição atmosférica e evidencia que não se pode perceber a Baixada fora de seu contexto maior. Ao analisar a poluição atmosférica urbana, percebe a cidade como um ambiente, em sua análise climatológica o autor a necessidade de pensarmos as “bacias aéreas” no suporte ao planejamento e identificação dos riscos. Apontando que diante de uma dinâmica urbana industrial os territórios da Baixada Fluminense estão inseridos numa bacia aérea poluidora, provocando ainda mais injustiças ambientais. As transformações na escala metropolitana, que afetam de forma singular suas periferias. Isso trada por Marcelo Loura em seu texto sobre a reestruturação urbana no município de Queimados. No momento em que novas lógicas produtivas são engendradas, novos espaços de consumo são também produzidos. As cidades da Baixada que simbolizavam como “cidades-dormitório” passa nos últimos anos a se tornar lugar de Trabalho. Por isso, o autor destaca que a chegada de *shoppings centers*, de novas cadeias de lojas de varejo e de modificações urbanas nas áreas centrais são marcar de uma reestruturação nos espaços periféricos da metrópole. O caso de Queimados exemplifica a questão além de contribuir com a produção científica sobre uma área com estudos escassos.

Na sequência, o texto de Leandro Dias de Oliveira aponta o papel do Estado, na forma do governo municipal de Seropédica, na construção político-ideológica do Desenvolvimento Sustentável. De forma oportuna o autor destaca que a Baixada Fluminense vivência os ditames contidos no “Paradigma do desenvolvimento ecológico industrial”. Ao passo que muitos municípios se tornam vantajosamente pleiteados para instalação de indústrias e galpões logísticos, diante de seu potencial locacional, indica “pensar Seropédica sobre outro ponto de vista – o retrovisor”. Perceber a transformações territoriais da cidade é vê-la para além de um lugar de passagem, é

observa-la como bastião da reestruturação produtiva, que além de provocar danos ambientais a localidade, reabilita numa lógica local uma tendência global dos “*esconderijos espaciais*” para os lugares de produção da indústria. Assim, para o autor o desenvolvimento se antecipa ao Sustentável e permanece em planos miraculosos e de pouca aplicação prática, revertendo sobre o prisma ideológico sua maior projeção.

Outrossim, se torna oportuna análise de categorias como metrópole, cotidiano e território. É o que faz Marcio Rufino Silva ao apresentar as questões que envolve a noção de metrópole – enquanto fenômeno estudado pela geografia urbana. Para ele não devemos ignorar a totalidade da realidade urbana e suas formas de representação e que sua compreensão está alinhada a forma com entenderemos as interferências sobre o cotidiano – sobre os usos, direitos e territorialidades em diferentes espaços da cidade. Por isso ao apresentar a noção de Metropolização avança na perspectiva de demonstrar que a dimensão urbana atravessa múltiplas escalas espaciais do desenvolvimento. Ainda o autor contribui para repensarmos a noção de Estado ao trazer as considerações em René Lourau e Henri Lefebvre. Para Marcio Rufino da Silva o “ *Estado se coloca como o grande fiador das cadeias dessa equivalência, mesmo no contexto do paradigma neoliberal que apregoa um Estado “mínimo” e uma acumulação desregulamentada*”. Personagem esse que engendra sobre os territórios suas marcas sobre o signo da reestruturação, como tem ocorrido na Baixada Fluminense via obras de grande estrutura e transformações urbanísticas e ideológicas.

Diante da reestruturação econômica-produtiva e territorial a questão ambiental emerge na Baixada Fluminense com uma dimensão que reverbera conflitos. O texto de Bárbara Marques e Monika Richter traz como escopo analítico associação entre a localização das unidades fabris e as denúncias feitas ao Ministério Público sobre possíveis impactos e danos socioambientais nos municípios de Nova Iguaçu, Seropédica, Itaguaí, Queimados e Japeri. Este recorte elucidado como as contradições do caminho do desenvolvimento, pela lógica de captação de novas indústrias, pode intensificar os conflitos territoriais na região e potencializar ainda mais vulnerabilidades e riscos a esses municípios.

Por fim, no último texto presente no dossiê, Otávio Linhares Lima apresenta a questão da reestruturação econômica que se espraia no centro urbano de Nova

Iguaçu. Destaca-se o papel do novo mercado imobiliário com a transformação territorial da sua área central com a presença de apart-hotéis e prédios comerciais que reverberam num sentido maior as transformações e funções econômicas que a Baixada Fluminense tem experimentado nos últimos 20 anos.

Este número ainda nos brinda com dois textos na seção livre. O primeiro de Eder Adriano Pereira trata da questão das relações de poder que permeiam a relação entre justiça e gênero a partir da análise e entendimentos dos crimes sobre sedução e abuso sexual de menores. O artigo é um produto da pesquisa de mestrado do autor que analisa 17 processos arquivados entre 1940 a 1990, que antecedem a Lei nº 8069 de 1990 – Estatuto da criança e do Adolescente. Neste artigo são colocados em debate o papel da noção de moralidade – marcada sobre uma perspectiva machista onde a justiça se revela verticalizada aos acontecimentos em diferentes espaços - público e privado. Ao mesmo tempo que apresenta o escopo filosófico para entender espaço público em Hannah Arendt o texto traz à tona como as questões no campo jurídico se constrói uma complexa teia de relações de poder oriundas do pensamento social hegemônico. O segundo texto de Murilo Borges Silva, Cleidiane França e Telma de Lima também nos apresenta a tônica das relações de poder que permeiam o tecido social, todavia incorporam a análise na então Província de Goiás no período que marca as últimas décadas de escravidão, 1870 e 1880. São analisadas fontes documentais que demonstram as táticas de defensores da abolição e de escravos para a construção da liberdade e ao mesmo tempo aponta as estratégias dos senhores de terra para justificar a perpetuação do sistema escravocrata. Essas vão desde a publicação de ideias e jornais locais como *A Tribuna Livre*, *O Publicador Goyano* e *Goyas* por parte dos abolicionistas, até o esforço jurídico na construção de diversas cartas de alforria, tal como a “*alforrias condicionadas*” que limitavam a possibilidade de “liberdade” e evidenciavam a complexidades das negociações presente naquele período.

Ainda a **Revista Recôncavo** no pleito de apresentar a produção recente sobre a região da Baixada Fluminense apresenta uma resenha elaborado por Matheus Gomes do Santos, a partir do livro “*A Geografia de Seropédica: reflexões teóricas e práticas educativas no PIBID*” dos professores André Santos da Rocha, Leandro Dias de Oliveira e Regina Cohen Barros. O livro produzido a partir das pesquisas em curso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com o apoio da CAPES – via Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - preenche importante lacuna sobre a geografia regional, em especial sobre Seropédica e suas lógicas de desenvolvimento, além de apresentar contribuições sobre as práticas educativas que se desenvolvem no município.

Por fim, esperamos que a leitura deste número não encerre os debates sobre as novas dinâmicas territoriais na Baixada Fluminense e suas implicações, nem se delimite em torno das relações de poder que são apresentadas nos textos da seção de livre, mas possa suscitar novas inquietações e novas críticas que avancem sobre as múltiplas escalas e temporalidades – do local ao global - e que possa fazer valer a possibilidade de alçarmos movimentos de lutas e resistências em torno de nossos territórios da vida cotidiana.

André Santos da Rocha